



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

178.º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA

PROVA DE SELEÇÃO

1

INSTRUÇÕES

- Este Caderno de Questões contém um total de 100 questões.
- Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Responda a todas as questões.
- Assinale na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, o número da sua prova.
- Com letra legível, preencha, com seu nome, número de ordem, número de documento de identidade (RG) e assinatura, os espaços reservados neste Caderno de Questões e na Folha de Respostas.
- Durante a realização das provas não serão permitidas consultas bibliográficas, comunicação entre os candidatos, nem a utilização de agenda eletrônica, telefone celular, bip, pager, walkman ou de qualquer aparelho eletrônico ou material que não seja o estritamente necessário para a realização da prova.
- Será permitida saída do candidato após transcorridas 2 horas do início da prova, porém o Caderno de Questões somente poderá ser levado após 3 horas de prova.
- A duração da prova é de 4 horas.

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de Ordem _____
(Publicado no deferimento da inscrição)

Assinatura do candidato _____

Número do RG _____

01. Aponte o asserto incorreto.

- (A) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- (B) É defeso ao juiz pronunciar, de ofício, a prescrição.
- (C) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- (D) Não corre prescrição enquanto pende condição suspensiva.

02. Assinale a declaração falsa.

- (A) O excepcional, sem desenvolvimento mental completo, é relativamente incapaz.
- (B) O recém-nascido é capaz de direitos e deveres na órbita civil.
- (C) O menor de dezesseis anos é incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (D) A personalidade civil da pessoa natural cessa com a declaração de ausência.

03. Indique o enunciado errôneo.

- (A) O devedor que se tornar credor do seu credor, depois de penhorado o crédito deste, poderá opor ao exequente a compensação, de que contra o próprio credor dispõe.
- (B) Se uma delas se originar de comodato, depósito ou alimentos, a diferença de causa impedirá a compensação das dívidas.
- (C) A diferença de causa impede a compensação das dívidas quando uma delas é de coisa impenhorável.
- (D) Quando o credor cede a terceiros os seus direitos e não notifica o devedor, este pode opor aos cessionários a compensação do crédito que antes tinha contra o cedente.

04. Relativamente ao inadimplemento das obrigações, indique a afirmativa equivocada.

- (A) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, os juros de mora se contam desde a citação.
- (B) É inadmissível a concomitância de moras recíprocas.
- (C) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre ele em mora.
- (D) Se por eles expressamente se responsabilizou, responde o devedor pelos prejuízos resultantes de caso fortuito e força maior.

05. Diga em que sentença relativa a contratos anda o desacerto.

- (A) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se lhe não preferir o cumprimento, e tem, num e noutro caso, direito a indenização por perdas e danos.
- (B) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes pode, antes de cumprida sua obrigação, exigir o cumprimento da obrigação do outro.
- (C) Ainda que tácita, mas sempre inequívoca, a cláusula resolutiva opera de pleno direito, independentemente de interpelação judicial.
- (D) A resolução do contrato por onerosidade excessiva pode ser evitada se o réu concordar com a modificação equitativa das condições do contrato.

06. Indique a asserção enganosa.

- (A) Se, na venda *ad mensuram* de um imóvel, se verificar que há excesso superior a um vigésimo do total da área enunciada e se o vendedor comprovar que tinha motivos para ignorar a medida exata da área vendida, pode o comprador completar o valor correspondente ou simplesmente devolver o excesso.
- (B) No caso de separação de bens convencional, é lícita a compra e venda, entre cônjuges, de bens excluídos da comunhão.
- (C) É nula a venda de ascendente a descendente quando nem os outros descendentes nem o cônjuge do alienante deram expresso consentimento.
- (D) É nulo o contrato de compra e venda em que se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

07. Assinale a única afirmativa inteiramente correta.

- (A) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias úteis e necessárias, mas só lhe assiste o direito de retenção pela importância das necessárias.
- (B) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas de produção e custeio.
- (C) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias e pode exercer direito de retenção pelo valor de todas elas.
- (D) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias, deve pagar o valor atualizado delas, valor esse que, apurado pela perícia, não poderá ultrapassar o reclamado pelo possuidor.

08. O assunto aqui é alienação fiduciária. Aponte a única declaração inteiramente correta.

- (A) Vencida e não paga a dívida e, judicial ou extrajudicialmente, vendida a coisa a terceiros, o preço apurado será, desde que bastante e sobejante, inteiramente aplicado no pagamento do crédito e das despesas de cobrança.
- (B) No Brasil, somente coisa móvel infungível pode ser objeto de alienação fiduciária.
- (C) É lícita, na alienação fiduciária, a cláusula comissória.
- (D) Quando, vendida a coisa, o produto não bastar para o pagamento da dívida, continuará obrigado pelo restante o devedor fiduciário.

09. Indique a predicação verdadeira.

- (A) Para o atual Código Civil, concubinato e união estável é a mesmíssima coisa.
- (B) As causas suspensivas do casamento (*impedimentos impedientes* do direito anterior) impedem a caracterização da união estável.
- (C) Na união estável, salvo escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.
- (D) A convivência sob o mesmo teto é requisito fundamental da união estável.

10. Indique, entre estes parágrafos relativos a direitos autorais, um que não é plenamente verdadeiro.

- (A) Quem editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para ele os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-á o preço do que tiver vendido. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de mil exemplares, além dos apreendidos.
- (B) Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade na forma estabelecida pela lei.
- (C) A sentença condenatória poderá determinar a destruição de todos os exemplares ilícitos, bem como das matrizes, moldes, negativos e demais elementos utilizados para a prática do ilícito civil, assim como a perda de máquinas, equipamentos e insumos destinados a tal fim ou, servindo eles unicamente para o fim ilícito, sua destruição.
- (D) A LDA (Lei n.º 9.610/98) estabelece para a execução pública de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, feita sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, multa de vinte vezes o valor que deveria ser originariamente pago.

11. Só uma destas afirmativas é verdadeira. Indique-a.

- (A) Será igual o quinhão de cada herdeiro quando concorrerem à herança irmãos bilaterais com irmãos unilaterais do falecido.
- (B) A herança transmite-se aos herdeiros na data da distribuição do inventário.
- (C) Somente as pessoas já nascidas no momento da abertura da sucessão têm legitimidade para suceder.
- (D) Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.

12. Um só destes enunciados é verdadeiro em face do Estatuto da Criança e do Adolescente. Indique-o.

- (A) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- (B) A adoção é irrevogável.
- (C) A adoção do menor de dezesseis anos prescinde do seu consentimento.
- (D) É inadmissível o deferimento de adoção a adotante falecido antes da sentença.

13. Só um destes enunciados a respeito de locação de imóvel urbano é correto. Aponte-o.

- (A) Finda a locação e morto o locador, os herdeiros podem reaver o prédio por meio de ação possessória.
- (B) Em casos de separação de fato, separação judicial, divórcio ou dissolução da sociedade concubinária, a locação permanecerá com o primitivo locatário.
- (C) Para dar em locação imóvel urbano, é preciso ser dele o proprietário.
- (D) Silente o contrato, é do locador a obrigação de pagar os impostos, taxas e o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.

14. Destes assertos, só um é certo. Diga qual é.

- (A) Com a promessa de compra e venda, de que não conste cláusula de arrependimento, adquire o promitente comprador, desde que inscrito o compromisso no Cartório de Registro de Imóveis, o direito de seqüela.
- (B) Para que o promitente comprador adquira direito real à aquisição do imóvel, é imprescindível conste da promessa de compra e venda cláusula expressa de irrevogabilidade.
- (C) Somente a promessa de compra e venda celebrada por instrumento público dá ao promitente comprador direito real.
- (D) Na promessa de compra e venda de imóvel não loteado, é condição legal da constituição do direito real à aquisição do imóvel a quitação do preço no ato.

15. Destas declarações, indique a única verdadeira.

- (A) Quando, no Juizado Especial Cível, deixar o autor de comparecer a qualquer das audiências do processo, inclusive à sessão de conciliação, o processo será extinto sem julgamento do mérito.
- (B) No Juizado Especial Cível, a reconvenção leva o nome de pedido contraposto e deve ser apresentada em peça autônoma, tal como sucede no CPC.
- (C) Interpostos contra sentença, os embargos de declaração interrompem, no Juizado Especial Cível, o prazo para recurso.
- (D) A sentença ilíquida proferida no Juizado Especial Cível será executada nos próprios autos, após liquidação por cálculo da Contadoria Judicial ou por arbitramento.

16. Destes enunciados, só um é correto. Indique-o.

- (A) Deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indica ou contrata advogado particular, ainda que seja *ad exitum* a remuneração do contratado.
- (B) Como ninguém é obrigado a trabalhar de graça, o beneficiário da assistência judiciária deve, quando requerente da perícia, antecipar os salários do perito.
- (C) É defeso à sentença, ainda que faça ressalvas, condenar o beneficiário da assistência judiciária ao pagamento de custas e de honorários de advogado.
- (D) Quando indeferido, nos autos principais, pedido de assistência judiciária, cabível é o agravo de instrumento.

17. Destas declarações, só uma é correta. Aponte-a.

- (A) A parte interessada pode pleitar, ao Poder Judiciário, a análise do mérito da sentença arbitral.
- (B) Ao juiz é dado, em face de nulidade do procedimento, determinar, por sentença, que o árbitro ou tribunal profira nova sentença arbitral.
- (C) Inadmissível execução judicial de sentença arbitral.
- (D) Para ser árbitro, é preciso ter formação jurídica e gozar da confiança das partes.

18. Entre estes enunciados, um há que não é verdadeiro. Indique-o.

- (A) É ao juiz que compete verificar se é caso ou não de citação com hora certa, determinando que a faça o oficial de justiça.
- (B) Não será feita citação pelo correio no processo de execução.
- (C) Ainda que se trate de citação de pessoa jurídica e ainda que a receba o representante legal da ré, não vale a citação feita por fax.
- (D) É válida a citação por edital publicado na última comarca em que residiu o citando, embora não publicado no foro da ação.

19. Há nestes enunciados um não verdadeiro. Indique-o.

- (A) Feita a citação, não é possível, salvo aquelas substituições permitidas por lei, a substituição das partes.
- (B) Enquanto não realizadas todas as citações, o autor pode, sem o consentimento dos réus, modificar o pedido ou a causa de pedir.
- (C) O princípio da inalterabilidade do libelo impede a alegação de direito superveniente.
- (D) O aditamento da inicial é admissível antes do saneamento do processo, desde que o consinta o réu.

20. Destas declarações, uma não é correta. Indique-a.

- (A) Condenatória a sentença, o valor do preparo da apelação e do recurso adesivo será de dois por cento do valor fixado pela sentença, quando líquido, ou, quando ilíquido, do valor fixado equitativamente pelo juiz para esse fim.
- (B) Nos inventários, arrolamentos e nas causas de separação judicial e de divórcio, bem como em outras em que haja partilha de bens e direitos, a taxa judiciária será recolhida até a expedição da carta de adjudicação ou do formal de partilha.
- (C) O recolhimento da taxa judiciária nos embargos à execução será diferido para depois da satisfação da execução quando, por meio idôneo, ficar comprovada momentânea impossibilidade financeira de recolhimento, ainda que parcial.
- (D) As ações de alimentos em que o valor da prestação mensal não é superior a dois salários mínimos não estão sujeitas à taxa judiciária.

21. Só uma das seguintes afirmações é correta. Indique-a.

- (A) É ao juiz e só ao juiz que compete decidir a respeito do ônus da prova, não se admitindo, em hipótese alguma, alteração pela vontade das partes.
- (B) Porque inexigível prova de fato negativo, o *onus probandi* é, em nosso direito, sempre de quem afirma.
- (C) Desde que, para semelhante fim, tenha o mandatário poderes especiais, a confissão espontânea pode ser feita por ele.
- (D) Se, de ofício, determinar o juiz nova perícia, com outro perito, não se admitirá a indicação de novos assistentes técnicos.

22. Só uma destas afirmações é correta. Indique-a.

- (A) Homologado e descumprido acordo judicial, será proferida sentença com resolução do mérito.
- (B) É nula a sentença mal fundamentada.
- (C) A sentença que altera a seqüência (1) relatório, (2) fundamentos e (3) dispositivo é nula.
- (D) É válida a sentença que não examina todos os fundamentos, quando convencida de que um deles é suficiente para o julgamento da causa.

23. Destas afirmações, três são incorretas. Indique a correta.

- (A) Do requerimento de liquidação de sentença, que pode ser feito na pendência de recurso, a parte será intimada na pessoa do seu advogado.
- (B) Admitem-se a liquidação civil e a execução provisória de sentença penal condenatória.
- (C) Na liquidação por artigos de sentença condenatória, é admissível discussão a respeito do *an debeatur*.
- (D) Do ato judicial que decide a liquidação cabe apelação.

24. Entre estes enunciados, um não é correto. Indique-o.

- (A) Embora se tenha admitido que da sentença que indefere liminarmente a petição inicial caiba apelação, no processo de justificação não se admite defesa nem recurso.
- (B) O depoimento pessoal figura entre as provas admitidas no processo de justificação, o que torna possível a imposição da pena de confissão nessa cautelar.
- (C) Ao interessado é lícito, no processo de justificação, contraditar as testemunhas, reinquiri-las e manifestar-se sobre os documentos, dos quais ele terá vista em cartório por vinte e quatro horas.
- (D) Ao julgar a justificação, o juiz não se pronunciará sobre o mérito da prova, limitando-se a verificar se foram observadas as formalidades legais.

25. Há uma proposição incorreta entre estas. Indique-a.

- (A) Se o réu na consignação em pagamento, receber e der quitação, o pedido será julgado procedente e o credor, condenado ao pagamento de custas e de honorários de advogado.
- (B) Não cabe ação de consignação em pagamento para que o autor obtenha declaração de que não é obrigado a pagar.
- (C) Tratando-se de prestações periódicas e não depositada, em cinco dias contados da data do vencimento, prestação subsequente ao depósito inicial, será decretada a improcedência da consignatória.
- (D) Quando a sentença proclamar a insuficiência do depósito e determinar o montante devido, valerá como título executivo que poderá ser executado nos mesmos autos da consignação.

26. Das assertivas seguintes, uma não é verdadeira. Assinale-a.

- (A) Se os cônjuges divorciados quiserem restabelecer a união conjugal, só poderão fazê-lo mediante novo casamento.
- (B) Desde que já completados dois anos de separação de fato, podem as partes converter separação litigiosa em divórcio consensual direto.
- (C) O divórcio direto pode ser concedido sem que haja prévia partilha dos bens.
- (D) Requerido pelo casal separado o restabelecimento da sociedade conjugal, as partes devem comparecer perante o juiz para ratificação do pedido.

27. Destas afirmações, só uma é correta. Indique-a.

- (A) Quando é parte a Fazenda Pública ou o Ministério Público, o prazo de um e de outra para contestar é em quádruplo e para recorrer é em dobro.
- (B) Os litisconsortes têm prazo em dobro para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- (C) Porque equiparado ao litisconsorte, também o oponente tem prazo em dobro.
- (D) As partes podem, desde que estejam todas de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

28. Entre estas asserções, uma há que é incorreta. Assinale-a.

- (A) Se o devedor não tiver bens no foro da causa, a execução será feita por carta, penhorando-se, avaliando-se e alienando-se os bens no foro da situação.
- (B) Quando sujeitos a deterioração ou depreciação os bens penhorados ou quando houver manifesta vantagem, o juiz autorizará a alienação antecipada deles.
- (C) Sendo de grande valor, podem, à falta de outros bens penhoráveis, ser penhorados os objetos e as imagens do culto religioso.
- (D) A pensão percebida por incapaz, por viúva, solteira, separada judicialmente e por pessoa idosa é impenhorável.

DIREITO PENAL

29. Assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da reserva legal pressupõe a existência de lei anterior, emanada do Poder Legislativo, definindo o crime e a pena, sendo lícito afirmar, então, que as medidas provisórias não podem definir crimes e impor penas.
- (B) A analogia, como forma de auto-integração da lei, pode ser amplamente aplicada no âmbito do direito penal.
- (C) O princípio da legalidade admite, por exceção, a revogação da lei pelo direito consuetudinário.
- (D) O postulado da taxatividade, consequência do princípio da legalidade, que expressa a exigência de que a lei penal incriminadora seja clara, certa e precisa, torna ilegítimas as normas penais em branco.

30. A Lei n.º 10.826/2003 (Sistema Nacional de Armas), que revogou a Lei n.º 9.437/97, mesmo prevendo o crime de porte ilícito de arma, não contemplou a hipótese prevista no artigo 10, parágrafo 3.º, inciso IV, da lei revogada (que tratava do mesmo delito e estabelecia penas mais severas de 2 a 4 anos de reclusão e multa para o réu que possuísse condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins). É correto afirmar, então, no caso de réu já condenado definitivamente como incurso no preceito revogado,
- (A) a irretroatividade do novo ordenamento penal, considerando que, em geral, a lei rege os fatos praticados durante a sua vigência (“tempus regit actum”).
 - (B) a retroatividade da nova lei, mais favorável, para desqualificar circunstância específica mais gravosa, anterior a sua vigência, com a adequação da sanção imposta, na via própria.
 - (C) a retroatividade da nova lei, sem a possibilidade, contudo, de ela gerar efeitos concretos na atenuação da pena, tendo em conta a decisão condenatória transitada em julgado.
 - (D) tratar-se de caso de ultratividade da lei, porque o fato punível e a circunstância mais gravosa ocorreram e foram considerados na vigência da lei revogada.
31. JOSÉ foi vítima de um crime de extorsão mediante seqüestro (artigo 159, do C. Penal), de autoria de CLÓVIS. O Código Penal, em seu artigo 4.º, com vistas à aplicação da lei penal, considera praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. No curso do crime em questão, antes da liberação involuntária do ofendido, foi promulgada e entrou em vigor lei nova, agravando as penas. Assinale a opção correta.
- (A) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato, frente ao princípio geral da irretroatividade da lei.
 - (B) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato, em obediência à teoria da atividade.
 - (C) A lei nova, mais severa, é aplicável ao fato, porque sua vigência é anterior à cessação da permanência.
 - (D) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato, porque o nosso ordenamento penal considera como tempo do crime, com vistas à aplicação da lei penal, o momento da ação ou omissão e o momento do resultado, aplicando-se a sanção da lei anterior, por ser mais branda.
32. JOSÉ, com 16 anos de idade, sem habilitação para conduzir veículo automotor e sob a guarda e vigilância de seu pai, JOÃO, saiu com o automóvel do genitor, que sabia de sua conduta e tinha o dever de vigilância, envolvendo-se em grave acidente automobilístico a que deu causa por excesso de velocidade, motivo direto da morte da vítima VILMA. Como definir a responsabilidade de JOÃO:
- (A) JOÃO responderá por homicídio culposo (crime comissivo por omissão).
 - (B) JOÃO responderá por homicídio doloso (crime comissivo por omissão).
 - (C) JOÃO responderá por homicídio culposo (crime comissivo).
 - (D) JOÃO responderá por homicídio doloso (crime omissivo).
33. MARIA ingressou em um estabelecimento comercial e efetuou compras, pagando com cheque subtraído de CARLA e falsificado por ela (MARIA), apresentando, no ato do pagamento, a identidade de CARLA com sua fotografia. Enquanto a funcionária consultava o título de crédito, como era de costume, MARIA, pressentindo que seria descoberta, resolveu abandonar o estabelecimento, sendo detida no estacionamento. Estamos diante de hipótese de
- (A) estelionato tentado.
 - (B) desistência voluntária.
 - (C) arrependimento eficaz.
 - (D) arrependimento posterior.
34. RENATO, dirigindo-se para sua casa, foi preso na rua portando uma espingarda “pica-pau”, de fabricação caseira e municiada, apta a disparar, que afirmou ter encontrado em um ferro velho. A arma, instantes antes, havia sido utilizada em uma representação teatral realizada em uma escola, circunstância apurada como verdadeira. RENATO alegou, em seu favor, desconhecimento sobre a ilicitude do fato. Afirmou, ainda, ter conhecimento da campanha de esclarecimento acerca da matéria (vedação de porte de arma sem registro e autorização prévia). Sua conduta caracteriza
- (A) erro inevitável sobre a ilicitude do fato.
 - (B) erro evitável sobre a ilicitude do fato.
 - (C) erro de tipo.
 - (D) exercício regular de direito.
35. ALBERTO estava no interior de um bar. Lá também se encontrava ROBERTO, que passou a provocá-lo sem razão aparente. Em dado momento, ROBERTO aproximou-se, sacou uma arma e desferiu um golpe com a coronha na cabeça de ALBERTO, que poderia ter deixado o local, fugindo, porque próximo à saída, mas optou, em fração de segundos, por reagir, golpeando o agressor com um pedaço de madeira encontrada ao acaso e naquele instante sob o balcão, produzindo em ROBERTO lesão corporal de natureza grave. Assinale a resposta certa.
- (A) ALBERTO agiu em legítima defesa, mesmo optando pela reação.
 - (B) ALBERTO estava obrigado a fugir, evitando a reação e, conseqüentemente, o resultado, a que responderá.
 - (C) ALBERTO excedeu-se no uso dos meios necessários a repelir a agressão e responderá pelo excesso doloso.
 - (D) ALBERTO agiu em legítima defesa putativa.

36. JOEL, tio de RENATA, residindo em imóvel de familiares dela e aproveitando-se dessa condição, aguardou todos os moradores dormirem e se dirigiu ao quarto da menina, então com 12 anos de idade. Lá, deitou-se ao seu lado e passou a acariciar o corpo da criança, com intuito lascivo. A hipótese retrata caso de
- (A) importunação ofensiva ao pudor.
 - (B) ato obsceno.
 - (C) constrangimento ilegal.
 - (D) atentado violento ao pudor.
37. JOÃO ingressou em um Shopping Center, tarde da noite, burlando a vigilância do local. Invadiu cinco lojas de proprietários diversos, valendo-se, para tanto, de chaves falsas. De cada uma das lojas, subtraiu inúmeras peças de roupas. Após a ação, deixou o local e foi preso passada meia hora, abordado por policiais militares que estranharam o volume de pacotes que carregava. JOÃO foi denunciado e condenado por cinco furtos qualificados. Na fixação da pena, o Juiz deve considerar as condutas como praticadas
- (A) em concurso formal.
 - (B) como crime continuado.
 - (C) como crime único.
 - (D) em concurso material.
38. Assinale a alternativa falsa acerca do tema prescrição.
- (A) No cálculo da prescrição retroativa, que atinge a pretensão punitiva do Estado e considera a pena aplicada concretamente na sentença, deve ser observado o lapso temporal entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia ou entre esta última e a data da sentença condenatória, não havendo recurso da acusação.
 - (B) Havendo recurso da acusação, interposto para agravar a pena privativa de liberdade, e sendo ele improvido, é possível decretar a prescrição intercorrente, regulada pela pena aplicada em concreto.
 - (C) No caso de concurso de crimes, a prescrição da pretensão punitiva regula-se pela pena imposta a cada um, isoladamente, desconsiderados os acréscimos do concurso formal e da continuidade.
 - (D) No cálculo da prescrição da pretensão executória, no caso de evasão de condenado, deve ser considerado o tempo integral da pena privativa de liberdade aplicada.
39. Quanto ao crime de corrupção eleitoral, previsto no artigo 299, do Código Eleitoral, é falso afirmar
- (A) que se trata de crime formal ou de mera conduta, de consumação independente do resultado.
 - (B) ser necessária, para a tipificação, a existência de oferta ou promessa concreta, individualizada e determinada.
 - (C) tratar-se de crime de mão própria.
 - (D) que o tipo exige dolo específico.
40. Quanto às ações públicas e privadas, é falso afirmar que
- (A) o direito de representação, nas ações públicas condicionadas, é retratável a qualquer tempo, justamente ante a exigência do requisito volitivo.
 - (B) a representação não tem força obrigatória quanto ao oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
 - (C) em relação à ação pública incondicionada, não se opera a decadência.
 - (D) nas ações públicas incondicionadas, se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, o ofendido pode intentar ação penal subsidiária.
41. Assinale a alternativa correta. É caso de revogação facultativa da suspensão condicional da pena
- (A) a condenação em sentença irrecorrível, por crime doloso.
 - (B) o descumprimento injustificado de prestação de serviços à comunidade ou da limitação de fim de semana.
 - (C) a condenação em sentença irrecorrível, por crime culposo ou contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
 - (D) o envolvimento do condenado em ação penal instaurada por outro crime.
42. Assinale a alternativa falsa. É elemento do tipo injusto culposo
- (A) a inobservância do dever objetivo de cuidado.
 - (B) a produção de um resultado desejado como fim direcionado da ação.
 - (C) a produção de um resultado e a existência de nexo causal.
 - (D) a previsibilidade consciente e objetiva do resultado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

43. Quanto ao Princípio do Juiz Natural, é falso afirmar que
- (A) é possível a criação de Juízo ou Tribunal, pela Constituição, para julgar fatos ocorridos antes de sua criação.
 - (B) o instituto do desaforamento não viola o Princípio do Juiz Natural, observados os parâmetros legais.
 - (C) a criação de Juízos e Tribunais de Exceção não ofende o Princípio do Juiz Natural, desde que editada a medida em período de anormalidade institucional.
 - (D) o Princípio do Juiz Natural traduz a idéia de que o cidadão não deve ser julgado por qualquer Juiz, mas pelo Juiz competente, segundo dispuser a lei.

44. ARNALDO foi injuriado e difamado por ROBERTO, ALICE e RENATO. No entanto, acionou apenas os dois primeiros. É correto afirmar, quanto ao exercício do direito de queixa,
- (A) ter havido renúncia tácita ao direito de queixa quanto ao excluído, com comunicação aos co-autores dos delitos.
 - (B) ter havido renúncia tácita ao direito de queixa quanto ao excluído, sem comunicação com os co-autores dos delitos, dada a natureza privada da ação penal, que deve considerar exclusivamente a vontade do ofendido.
 - (C) ser caso de decretação da extinção da punibilidade de todos, com fundamento na perempção.
 - (D) ser possível o aditamento da queixa pelo Ministério Público, a fim de incluir RENATO na ação penal privada.
45. Assinale a alternativa falsa. Não impedirá a propositura da ação civil
- (A) a decisão que julgar extinta a punibilidade.
 - (B) o despacho de arquivamento do inquérito policial.
 - (C) a sentença absolutória que declarar que o fato não constitui crime.
 - (D) o reconhecimento categórico, no âmbito penal, da inexistência material do fato.
46. SÉRGIO foi condenado por homicídio duplamente qualificado (incisos I e IV) pelo Tribunal do Júri. Inconformado, apelou, fundado na contrariedade do julgado à prova dos autos, quanto à qualificadora do motivo torpe (inciso I). O recurso foi provido, determinada sua submissão a novo julgamento. Os Jurados, no segundo julgamento, reafirmaram, à unanimidade, a incidência daquela qualificadora discutida. Ele, então, uma vez mais inconformado, interpôs nova apelação, debatendo a mesma questão da qualificadora. É correto afirmar que
- (A) o caso é de não conhecimento da segunda apelação, por versar exclusivamente sobre a mesma matéria articulada na primeira.
 - (B) o caso é de conhecimento da segunda apelação, porque, com a anulação do primeiro julgamento, fica aberta novamente a via recursal ordinária para o reexame do mesmo tema.
 - (C) o caso é de conhecimento da segunda apelação e seu provimento, porque a decisão dos Jurados, insistindo no reconhecimento da qualificadora, acaba por afrontar acórdão do Tribunal, que já pronunciou entendimento de que a decisão contrariava a prova dos autos.
 - (D) o réu, nos processos afetos ao Tribunal do Júri, independentemente da reiteração e renovação da fundamentação fático-jurídica, sempre pode recorrer ao Tribunal, com fundamento no princípio segundo o qual não se pode excluir da apreciação do Poder Judiciário violação a direito.
47. AQUILES foi denunciado por homicídio simples, respondendo a ação perante o Juízo de Direito de Comarca dotada de Vara Única. Na fase processual própria, ao invés de pronunciar o réu, absolvê-lo sumariamente ou impronunciá-lo, o Magistrado, discordando da denúncia, deliberou desclassificar o crime para homicídio culposo, de competência do Juiz singular. O Magistrado, então,
- (A) proferirá sentença, de imediato, já que é também competente para julgar o processo como Juiz singular.
 - (B) reabrirá à acusação e ao acusado prazo para novas alegações, decidindo em seguida, sem possibilidade de nova instrução.
 - (C) reabrirá ao acusado prazo para defesa e indicação de novas testemunhas, prosseguindo, encerrada a instrução, na forma dos artigos 499 e 500, ambos do Código de Processo Penal.
 - (D) possibilitará, em observância ao princípio da ampla defesa, a renovação da prova oral já produzida e permitirá a inquirição de novas testemunhas.
48. ARNALDO foi condenado por um roubo simples consumado à pena de 3 (três) anos de reclusão, abaixo, pois, do mínimo legal. O Ministério Público não opôs embargos de declaração e não apelou. O Tribunal, examinando recurso da defesa e constatando o erro, pode corrigir a pena?
- (A) Não, porque a medida implicaria em “reformatio in pejus”.
 - (B) Sim, porque todo erro material constatado na sentença pode ser suprido a qualquer tempo, não caracterizando a correção “reformatio in pejus”.
 - (C) Sim, porque a sentença está em desacordo com a lei, razão suficiente para a alteração, considerando que o descumprimento desta não tem o condão de gerar direitos ou sacramentar vícios.
 - (D) Não, porque a hipótese não retrata erro, mas o exercício da livre e plena discricionariedade do Magistrado na aplicação da pena, segundo seu convencimento, independentemente da observância dos limites estampados no tipo.
49. LUCIANO deduziu, por seu defensor, um pedido de relaxamento de flagrante reputado irregular. Diz que foi encontrado, logo depois da prática de um crime de roubo perpetrado com emprego de ameaça, sem que houvesse perseguição ao agente, com uma faca e vários objetos similares àqueles subtraídos, sendo preso apenas em razão dessa circunstância. O Juiz negou o relaxamento da prisão, entendendo tratar-se de caso de
- (A) flagrante próprio.
 - (B) flagrante presumido.
 - (C) quase-flagrante.
 - (D) flagrante preparado.

50. Nos processos de competência do Júri, se o Juiz, na fase do artigo 407, do Código de Processo Penal, não se convencer da existência do crime, decretará
- (A) a absolvição sumária.
 - (B) a impronúncia.
 - (C) a “emendatio libelli”.
 - (D) o simples arquivamento do processo.
51. No julgamento de apelação interposta contra sentença que absolveu querelado acusado de crime contra a honra, foi proferido um voto divergente, condenando-o. Assinale a alternativa correta.
- (A) O apelante/querelante, com fundamento no voto vencido, pode opor embargos infringentes, buscando a condenação do querelado.
 - (B) O apelado/querelado, com fundamento nos dois votos majoritários e vencedores, pode opor embargos infringentes, buscando a absolvição unânime.
 - (C) Os embargos infringentes, no caso, não são admissíveis para qualquer das partes.
 - (D) A vedação de interposição de embargos infringentes, no caso concreto, viola o princípio do contraditório e, pois, do devido processo legal, de sorte que devem ser admitidos para ambos os litigantes.
52. O instituto que manda computar, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, o de prisão administrativa e a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, denomina-se
- (A) remição.
 - (B) unificação.
 - (C) comutação.
 - (D) detração.
53. ALEX foi denunciado por furto (artigo 155, “caput”, do Código Penal), porque teria subtraído objetos de uma loja. A prova colhida na instrução, contudo, revelou fatos diversos daqueles contidos explícita ou implicitamente na inicial acusatória, que se adequavam ao tipo previsto no artigo 180, “caput”, do Código Penal (receptação), com previsão da mesma pena. Nesse caso, ao Juiz compete
- (A) dar ao fato definição jurídica diversa da que constava na denúncia, proferindo, de imediato, a sentença de mérito.
 - (B) anular o processo, a partir da denúncia, que será rejeitada por falta de justa causa.
 - (C) pronunciar a nova definição jurídica do fato e baixar o processo a fim de que a defesa possa manifestar-se e produzir prova.
 - (D) absolver o acusado.
54. O sentenciado ROBERTO, condenado por vários roubos qualificados e homicídio simples, foi agraciado com a progressão do regime fechado ao regime aberto, sem a satisfação do lapso temporal, sem a prova do merecimento e sem a observância da progressividade de que trata o artigo 112, da Lei de Execução Penal. Que medidas poderá adotar o Promotor de Justiça?
- (A) Ajuizar uma reclamação, com pleito de tutela antecipada, e interpor recurso de apelação.
 - (B) Ajuizar uma correição parcial, com pedido de suspensão da decisão, fundada em “error in procedendo”.
 - (C) Interpor recurso em sentido estrito e agravo.
 - (D) Interpor agravo e impetrar mandado de segurança.
55. No julgamento a que RODRIGO foi submetido perante o Tribunal do Júri, os Jurados, ao proferirem seu veredicto, reconheceram a autoria do homicídio, sua materialidade e duas circunstâncias qualificadoras. O Juiz Presidente, ao proferir a sentença, a pretexto de corrigir injustiça na aplicação da pena, desprezou as qualificadoras e decretou a condenação de RODRIGO por homicídio simples. Houve recurso da acusação. Assinale a alternativa correta.
- (A) O julgamento deve ser anulado, por ofensa manifesta à soberania dos Jurados, provido o recurso para esse fim, vedado o exame direto da matéria pelo Tribunal, pena de violação ao princípio do duplo grau de jurisdição.
 - (B) O Tribunal de Justiça, ao examinar o recurso, poderá ajustar a decisão ao veredicto dos Jurados.
 - (C) O Juiz Presidente do Tribunal do Júri, Magistrado togado, constatando clara injustiça na aplicação da lei penal pelos Jurados, frente aos fatos submetidos a julgamento, pode corrigi-la, excepcionalmente, quanto às circunstâncias de majoração da pena e imposição de medida de segurança, de sorte que o recurso será improvido.
 - (D) Havendo divergência entre o posicionamento dos Jurados e do Juiz Presidente do Tribunal do Júri, em matéria relevante, deve ser dissolvido o Conselho de Sentença, com a designação de nova data para o julgamento, prejudicando o exame do apelo quanto ao tema de mérito.

56. JOÃO, condenado por estelionato à pena de 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, foi agraciado com a substituição da pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade pelo tempo da reprimenda. Cumpridos 40 (quarenta) dias da sanção restritiva, constatou-se que ele abandonou a instituição designada. É correto afirmar que

- (A) a conversão da sanção restritiva em pena privativa de liberdade é imediata e não demanda qualquer outra providência, desprezando-se o cômputo do tempo cumprido com a prestação de serviços no cálculo da liquidação da pena carcerária que JOÃO irá cumprir.
- (B) a conversão da sanção restritiva em pena privativa de liberdade demanda a prévia inquirição do sentenciado, que poderá justificar o abandono. De qualquer forma, o tempo da sanção restritiva cumprida, acaso decretada a conversão, não será computado para qualquer fim, dada a natureza grave da falta.
- (C) a conversão da sanção restritiva em pena privativa de liberdade demanda a prévia inquirição do sentenciado, que poderá justificar o abandono. O tempo da sanção restritiva cumprida, porém, se decretada a conversão, será deduzido no cálculo da pena privativa de liberdade, respeitado o saldo mínimo de 30 dias.
- (D) o ordenamento penal não admite a conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade, impondo, tão somente, a adequação da medida aplicada ao sentenciado, com a designação de nova instituição para a prestação dos serviços, com o aumento do prazo até a metade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

57. A respeito das Emendas à Constituição Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. poderá ser proposta por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II. poderá ser proposta por um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, mediante o voto favorável, em cada uma delas, da maioria relativa de seus membros;
- III. por iniciativa do Presidente da República;
- IV. poderá ser proposta, inclusive, na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Está integralmente correto somente o contido em

- (A) IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.

58. Não são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre

- (A) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios.
- (B) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- (C) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI.
- (D) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta, autarquias e fundações, ou aumento de sua remuneração.

59. De acordo com a Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, com o objetivo de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, cabendo, o seu exercício, através

- I. da polícia rodoviária federal;
- II. da polícia ferroviária federal;
- III. das polícias militares;
- IV. dos corpos de bombeiros militares.

Está integralmente correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

60. São direitos sociais, de acordo com a Constituição Federal:

- (A) a educação, a saúde, a proteção à maternidade e à infância.
- (B) o trabalho, a previdência social, a anistia e o salário-família.
- (C) a moradia, o lazer, a segurança e o *habeas corpus*.
- (D) o salário mínimo, as férias e a assistência aos desamparados.

61. De acordo com a Constituição Federal, é permitida a dupla nacionalidade nos casos de aquisição de outra nacionalidade pela via

- (A) originária e derivada, segundo a lei estrangeira.
- (B) derivada, segundo a lei brasileira.
- (C) originária e derivada, segundo a lei brasileira.
- (D) derivada, segundo a lei estrangeira.

62. Compete exclusivamente ao Congresso Nacional
- (A) resolver definitivamente, em qualquer caso, sobre tratados, acordos ou atos internacionais.
 - (B) autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - (C) autorizar a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
 - (D) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
63. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente
- (A) o Presidente da República e o Vice-Presidente, nas infrações penais comuns.
 - (B) os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, nos crimes comuns.
 - (C) os membros do Congresso Nacional, nas infrações penais comuns.
 - (D) o Procurador-Geral da República, nas infrações penais comuns.
64. Assinale a opção correta quanto ao Mandado de Segurança.
- (A) É assegurado para proteger direito líquido e certo, ainda que passível de ser amparado por *habeas-corpus* ou *habeas-data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - (B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado através de partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - (C) O mandado de segurança poderá ser: repressivo, quando se trata de uma ilegalidade já cometida; ou preventivo, quando o impetrante demonstrar justo receio de sofrer uma violação de direito líquido e certo por parte da autoridade impetrada.
 - (D) O prazo para impetração do mandado de segurança é de cento e vinte dias a partir da data da ocorrência do ato a ser impugnado.
65. Não pode propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:
- (A) a Mesa do Senado Federal.
 - (B) o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
 - (C) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (D) Partido Político, independentemente de representação no Congresso Nacional.

66. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:
- (A) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.
 - (B) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e o do Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.
 - (D) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

67. O funcionário público em estágio probatório
- (A) é demissível *ad nutum*.
 - (B) pode ser demitido através de processo administrativo, que lhe assegure ampla defesa.
 - (C) não é demissível enquanto não concluído o estágio.
 - (D) não pode ser demitido em nenhuma hipótese.
68. São principais atributos do ato administrativo:
- (A) sujeito, objeto e forma.
 - (B) agente capaz, objeto lícito e forma prevista em lei.
 - (C) presunção de legitimidade e auto-executoriedade.
 - (D) os contidos nas alternativas A e B.
69. Em disponibilidade, assegura-se ao servidor público:
- (A) vencimentos integrais.
 - (B) um terço dos vencimentos.
 - (C) dois terços dos vencimentos.
 - (D) vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.
70. O expropriado pode, na contestação,
- (A) argüir a nulidade do ato expropriatório.
 - (B) alegar a inadequação do bem à utilidade pública, consignada no decreto de desapropriação.
 - (C) deduzir conjuntamente oposição.
 - (D) apontar vícios processuais.
71. Na desapropriação por necessidade ou utilidade pública, o Estado Federado pode desapropriar
- (A) somente bens particulares.
 - (B) todo e qualquer bem.
 - (C) bens dos Municípios incluídos dentro do seu território.
 - (D) inclusive bens da União e de outros Estados Federados.

72. O ato administrativo que resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro para se tornar exequível, denomina-se ato administrativo

- (A) complexo.
- (B) composto.
- (C) simples.
- (D) superior.

73. Assinale a alternativa incorreta.

O órgão administrativo detém

- (A) competência.
- (B) estrutura.
- (C) quadro de servidores.
- (D) personalidade jurídica.

74. É traço característico do poder disciplinar administrativo

- (A) ser marcado pelo discricionarismo.
- (B) adotar o princípio *nullum crimen nulla poena sine lege*.
- (C) ter o mesmo fundamento do poder punitivo de Estado.
- (D) dispensar a fundamentação da punição disciplinar.

75. O último ato do processo licitatório, atribuindo ao vencedor o objeto da licitação, denomina-se

- (A) contratação.
- (B) adjudicação.
- (C) habilitação.
- (D) homologação.

76. O direito real de uso, concedido pela Administração Pública,

- (A) corresponde a ato precário e revogável a qualquer tempo, sem gerar direito ao concessionário.
- (B) é sempre gratuito.
- (C) é contrato, precedido de lei.
- (D) não se transfere por sucessão testamentária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

77. De conformidade com o artigo 111 do Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a norma tributária que dispõe sobre

- (A) infração e penalidade.
- (B) prescrição.
- (C) isenção.
- (D) capacidade tributária.

78. Indique a alternativa incorreta.

Segundo a regra do artigo 155, § 2.º, inciso XII, da Constituição Federal, cabe à lei complementar, relativamente ao ICMS,

- (A) definir o contribuinte.
- (B) estabelecer alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.
- (C) dispor sobre substituição tributária.
- (D) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do tributo a integre.

79. Dão dimensão quantitativa ao tributo:

- (A) o fato gerador e a base de cálculo.
- (B) a base de cálculo e a alíquota.
- (C) a alíquota e o fato gerador.
- (D) a capacidade contributiva do sujeito passivo e a base de cálculo.

80. A sujeição tributária passiva

- (A) depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- (B) depende de se encontrar a pessoa natural no pleno exercício da sua atividade profissional.
- (C) depende de se encontrar a pessoa no pleno exercício da sua atividade comercial.
- (D) independe da capacidade civil das pessoas naturais.

81. A obrigação tributária acessória

- (A) decorre somente da lei.
- (B) tem por objeto o pagamento da penalidade pecuniária.
- (C) é prevista no interesse da arrecadação ou fiscalização dos tributos.
- (D) tem por objeto unicamente prestações positivas.

82. A anistia, quando de caráter geral,

- (A) abrange também o tributo.
- (B) pode ser concedida por ato discricionário da Administração Pública.
- (C) decorre da lei e compreende as infrações futuras.
- (D) decorre da lei e alcança somente as infrações passadas.

83. O ICMS incide sobre

- (A) prestações de serviços de transporte estadual e intermunicipal.
- (B) operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial, ou de outra espécie.
- (C) operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia.
- (D) operações e prestações que destinem mercadorias ao exterior.

84. Com relação ao lançamento, é correto dizer que
- (A) à alíquota e à base de cálculo aplica-se a lei vigente na data do lançamento.
 - (B) quanto à indicação do sujeito passivo, a lei é mais rigorosa.
 - (C) quanto aos aspectos formais, aplica-se a lei em vigor na data em que se consumou o fato gerador.
 - (D) relativamente à penalidade, aplica-se a lei mais favorável ao sujeito passivo.
85. Somente a lei tributária pode
- (A) fixar o tempo de pagamento do crédito tributário.
 - (B) atualizar monetariamente a base de cálculo do tributo.
 - (C) dispensar penalidade.
 - (D) alterar a alíquota do imposto de importação de produto estrangeiro.
86. O fato gerador do ICMS é descrito
- (A) na Constituição do Estado.
 - (B) em lei complementar.
 - (C) em lei do Estado que o instituiu.
 - (D) em convênio firmado entre os Estados.

DIREITO COMERCIAL

87. A respeito da sociedade estrangeira, é correto afirmar que
- (A) depois de autorizada pelo Poder Executivo, estará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil.
 - (B) poderá, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no País, através de estabelecimentos subordinados.
 - (C) para conceder a autorização, o Poder Executivo, obrigatoriamente, deve impor condições convenientes à defesa dos interesses nacionais.
 - (D) a sociedade estrangeira autorizada poderá iniciar suas atividades antes de inscrita no registro próprio do lugar em que se deva estabelecer.
88. A respeito da Lei n.º 11.101/2005, que dispõe sobre a recuperação judicial, extrajudicial e falência, pode-se afirmar que se aplica
- (A) às empresas públicas e sociedade de economia mista.
 - (B) às instituições financeiras públicas ou privadas, cooperativas de crédito e consórcios.
 - (C) às sociedades operadoras de plano de assistência à saúde e às sociedades seguradoras.
 - (D) à sociedade empresária.

89. Quanto à recuperação judicial, não se pode afirmar que
- (A) a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores.
 - (B) poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 1 (um) ano.
 - (C) a recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.
 - (D) estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
90. Sobre a Sociedade Simples, é correto afirmar que
- (A) os sócios podem ser pessoas físicas ou jurídicas, brasileiros ou estrangeiros, residentes no país ou no exterior.
 - (B) os sócios podem ser somente pessoas físicas, brasileiros ou estrangeiros residentes somente no Brasil.
 - (C) se admite a sociedade entre cônjuges casados pelo regime da comunhão universal.
 - (D) somente o sócio cuja contribuição consista em serviços pode, mesmo na ausência de estipulação contratual, empregar-se em atividade estranha à sociedade.
91. Com base na legislação vigente, que trata das Sociedades Limitadas, é correto afirmar que
- (A) a administração da empresa somente pode ser exercida por um dos sócios.
 - (B) é permitida a administração da empresa por não-sócios, desde que estabelecida no contrato social.
 - (C) é permitida a contribuição de sócios por meio de prestação de serviços.
 - (D) a denominação social deve designar o propósito da sociedade, sendo proibido figurar o nome de um ou mais sócios.
92. Assinale a alternativa correta a respeito dos efeitos da duplicata.
- (A) É título de crédito causal, porque sempre está vinculada a uma causa que é um negócio comercial.
 - (B) Não pode ser transferida por endosso.
 - (C) Pode ser transferida por endosso, mas é incabível a garantia do aval.
 - (D) Não pode ser protestada sem o aceite do comprador.
93. Quanto às características da nota promissória, é correto afirmar que
- (A) há a necessidade do aceite na nota promissória.
 - (B) não há protesto por falta de aceite, somente por falta de pagamento.
 - (C) necessita a indicação expressa do motivo que lhe deu origem.
 - (D) é uma promessa direta e bilateral de pagamento, à vista ou a prazo.

94. São patenteáveis:

- (A) o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade – novidade, atividade inventiva e aplicação industrial – previstos no art. 8.º e que não sejam mera descoberta.
- (B) a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- (C) o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas.
- (D) as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico.

95. Quanto à publicidade prevista no Código de Defesa do Consumidor, é errado afirmar que

- (A) é proibido qualquer tipo de publicidade enganosa ou abusiva.
- (B) é abusiva a publicidade discriminatória de qualquer natureza e que incite à violência.
- (C) somente é considerada enganosa a modalidade de informação ou comunicação inteiramente falsa, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza do produto.
- (D) a veiculação publicitária, se aceita a proposta pelo consumidor, impõe ao fornecedor a obrigação de honrar o que dispõe o anúncio veiculado.

96. O Código Comercial de 1850

- (A) foi parcialmente revogado, mantendo-se vigentes os dispositivos que tratam da compra e venda mercantil.
- (B) foi totalmente revogado.
- (C) não foi revogado.
- (D) foi parcialmente revogado, mantendo-se vigentes os dispositivos referentes ao comércio marítimo.

LÍNGUA PORTUGUESA

97. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, os espaços.

A maioria dos deputados que _____ ontem à _____ realizada na Câmara _____ à proposta, aprovada sem ressalvas, com _____ do art. 5.º, _____.

- (A) compareceu ... seção ... anuiu ... exceção ... regeitado à unanimidade
- (B) compareceram ... sessão ... anuiu ... exceção ... rejeitado por unanimidade
- (C) compareceu ... seção ... anuíram ... exceção ... rejeitada por unanimidade
- (D) compareceram ... sessão ... anuíram ... excessão ... rejeitada por unanimidade

98. Assinale a alternativa correta (concordância, regência verbal, pontuação, crase).

- (A) São devidos os alimentos, quando quem os pretendem não tem bens suficientes nem pode prover pelo seu trabalho a própria manutenção, e aquele de quem se reclama, pode fornecê-los sem desfalque do necessário ao seu sustento.
- (B) São devidos os alimentos, quando quem os pretende, não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, a própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los sem desfalque do necessário ao seu sustento.
- (C) São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.
- (D) São devidos os alimentos, quando quem os pretendem não têm bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclama, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

CONHECIMENTOS GERAIS

99. Assinale a alternativa correta.

O Prof. Miguel Reale, falecido recentemente (14.04.2006), considerado o pai do novo Código Civil, é o autor da *teoria tridimensional do direito*, que trata

- (A) do direito integrado por três elementos: fato, norma e eficácia.
- (B) do direito em sua divisão clássica: público, privado e trabalhista.
- (C) do direito integrado por três elementos: fato, valor e norma.
- (D) do direito em sua expressão territorial: internacional, nacional e extraterritorial.

100. Assinale a alternativa correta.

O Conselho de Segurança da ONU tem cinco membros permanentes com direito a veto:

- (A) Estados Unidos da América, França, China, Rússia e Grã-Bretanha.
- (B) Estados Unidos da América, França, União Soviética, Grã-Bretanha e Canadá.
- (C) Estados Unidos da América, Alemanha, China, Grã-Bretanha e Rússia.
- (D) Estados Unidos da América, França, Rússia, Grã-Bretanha e Canadá.

178.º Concurso de Ingresso na Magistratura

Prova de Seleção

11.06.2006

Gabarito Versão 1

1 - A	2 - D	3 - A	4 - A	5 - C	6 - C	7 - B	8 - D	9 - C	10 - A
11 - D	12 - B	13 - D	14 - A	15 - A	16 - D	17 - B	18 - A	19 - C	20 - B
21 - C	22 - D	23 - A	24 - B	25 - C	26 - D	27 - A	28 - C	29 - A	30 - B
31 - C	32 - A	33 - A	34 - B	35 - A	36 - D	37 - B	38 - D	39 - C	40 - A
41 - C	42 - B	43 - C	44 - A	45 - D	46 - A	47 - C	48 - A	49 - B	50 - B
51 - C	52 - D	53 - C	54 - D	55 - B	56 - C	57 - B	58 - D	59 - D	60 - A
61 - A	62 - B	63 - B	64 - C	65 - D	66 - D	67 - B	68 - C	69 - D	70 - D
71 - C	72 - B	73 - D	74 - A	75 - B	76 - C	77 - C	78 - B	79 - B	80 - D
81 - C	82 - D	83 - A	84 - D	85 - C	86 - C	87 - A	88 - D	89 - B	90 - A
91 - B	92 - A	93 - B	94 - B	95 - C	96 - D	97 - B	98 - C	99 - C	100 - A